

Sumário

Parte I JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS

Capítulo I ► NOÇÕES GERAIS	23
1. Origem e fundamento	23
2. Natureza da Lei 9.099/95.....	25
3. Princípios informativos dos Juizados.....	26
3.1. Oralidade	27
3.2. Simplicidade	28
3.3. Informalidade	29
3.4. Economia processual.....	31
3.5. Celeridade	31
 Capítulo II ► COMPETÊNCIA.....	 35
1. Introdução	35
2. Competência em razão do valor da causa	38
3. Competência em razão da matéria.....	40
3.1. Causas elencadas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973	40
3.2. Ação de despejo para uso pessoal	41
3.3. Ações possessórias sobre bens imóveis cujo valor não exceda a 40 (quarenta) salários mínimos.....	43
4. Competência para a execução de título judicial e extrajudicial.....	45
5. Incompetência absoluta.....	48
6. Competência territorial.....	49
7. Conflito de competência e controle da competência do Juizado Especial	51
8. Complexidade da causa.....	53
9. Opção pelo procedimento sumaríssimo.....	54
10. Enunciados do FONAJE	55
 Capítulo III ► PARTES	 57
1. Notas Introdutórias	57
2. Legitimidade ativa.....	58
3. Excluídos do procedimento	61
4. Legitimidade passiva	65
5. Capacidade postulatória.....	65

6. Litisconsórcio e intervenção de terceiros	69
7. Intervenção do Ministério Público	73
8. Enunciados do FONAJE	73

Capítulo IV ► ATOS PROCESSUAIS..... 75

1. Publicidade	75
2. Validade e finalidade dos atos processuais	75
3. Citações e intimações	77
3.1. Citações	77
3.1.1. Mandado ou correspondência citatório	79
3.1.2. Citação por edital	80
3.1.3. Comparecimento espontâneo do réu	81
3.2. Intimações	82
4. Prazos Processuais	84
5. Enunciados do FONAJE	86

Capítulo V ► PROCEDIMENTO 89

1. Introdução	89
2. Petição inicial	89
2.1. Pedido genérico	90
2.2. Cumulação de pedidos e pedido alternativo	91
2.3. Audiência inaugural de conciliação	91
3. Resposta do réu e revelia	97
3.1. Pedido contraposto e reconvenção	99
3.2. Ação declaratória incidental	100
3.3. Réplica	101
3.4. Revelia e seus efeitos	101
4. Audiência de instrução e julgamento	103
5. Provas	106
5.1. Requerimento de produção de prova oral	108
5.2. Poderes instrutórios do juiz	109
5.3. Prova testemunhal	110
5.4. Prova técnica	112
5.5. Inspeção judicial	113
6. Sentença	114
6.1. Sentença ilíquida	116
6.2. Sentença ineficaz	119
6.3. Sentença proferida por juiz leigo	119
7. Recursos e meios de impugnação	120
7.1. Meios de impugnação cabíveis nos Juizados Especiais	120

7.2. Recurso adesivo	122
7.3. Capacidade postulatória	122
7.4. Duplo grau de jurisdição	123
7.5. Prazo e forma de interposição dos recursos	124
7.6. Preparo e deserção	125
7.7. Juízo de admissibilidade e efeitos dos recursos	126
7.8. Julgamento do recurso	128
7.9. Embargos de declaração	129
7.10. Recurso inominado	132
7.11. Agravo	133
7.12. Recurso especial e extraordinário	136
7.13. Reclamação	137
7.14. Mandado de segurança e <i>habeas corpus</i>	138
8. Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)	139
8.1. Conceito, natureza jurídica e requisitos para instauração	139
8.2. Competência	141
8.3. Contraditório e participação de <i>amicus curiae</i>	142
8.4. Procedimento	142
9. Enunciados do FONAJE	144
Capítulo VI ► EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	147
1. Noções gerais	147
2. Contumácia do autor e ausência das partes na audiência de conciliação, instrução e julgamento	148
3. Incompatibilidade procedimental	149
4. Incompetência territorial	149
5. Impedimentos supervenientes	151
6. Falecimento das partes	151
7. Enunciados do FONAJE	152
Capítulo VII ► EXECUÇÃO	153
1. Cumprimento de sentença	153
1.1. Liquidez da sentença e conversão de índices	155
1.2. Execução de obrigação de entregar, de fazer ou não fazer	156
1.3. Expropriação de bens	156
1.4. Defesa do executado	156
2. Execução de títulos extrajudiciais	157
2.1. Rol de títulos executivos	158
2.2. Audiência de conciliação, instrução e julgamento	159
2.3. Efeitos da rejeição dos embargos ou da inexistência de sua oposição	160

2.4. Inexistência de bens penhoráveis	160
2.5. Arresto de bens do devedor não localizado	161
3. Enunciados do FONAJE	161

Capítulo VIII ► DESPESAS PROCESSUAIS 165

1. Acesso à justiça e gratuidade.....	165
2. Litigância de má-fé, ato atentatório ao exercício da jurisdição e sucumbência.....	166
3. Despesas e honorários no processo de execução	167
4. Enunciados do FONAJE	168

Capítulo IX ► DISPOSIÇÕES FINAIS 169

1. Curadorias e assistência judiciária.....	169
2. Validade do acordo extrajudicial	169
3. Extensão das hipóteses de conciliação	169
4. Ação rescisória e ação anulatória	170
5. Enunciados do FONAJE	171

Parte II

JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CRIMINAIS

Capítulo I ► NOÇÕES PRELIMINARES 175

Capítulo II ► ATOS PROCESSUAIS..... 181

1. Princípio da publicidade.....	181
2. Nulidades processuais	182
3. Comunicação dos atos processuais.....	182
4. Citações	183
4.1. Citação por mandado.....	184
4.2. Citação por carta precatória ou rogatória	184
4.3. Citação por edital.....	185
4.4. Citação por hora certa	188
4.5. Citação por e-mail	189
5. Prazos processuais	190
6. Intimações	191
7. Enunciados do FONAJE	192

Capítulo III ► COMPETÊNCIA..... 195

1. Critérios determinantes e natureza jurídica	195
2. Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	197
2.1. Excesso de acusação.....	200

2.2. Estatuto da Pessoa Idosa	201
2.3. Crimes eleitorais	201
2.4. Crime de uso de drogas para consumo pessoal.....	202
2.5. Violência doméstica e familiar contra a mulher.....	202
3. Competência em razão do lugar (<i>ratione loci</i>).....	202
4. Competência por prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>).....	203
5. Conexão e continência	204
6. Ação penal privada.....	207
7. Enunciados do FONAJE	207
Capítulo IV ► FASE PRELIMINAR.....	209
1. Termo Circunstanciado de Ocorrência ou Termo Circunstanciado (TCO ou TC).....	209
2. Prisão em flagrante.....	211
3. Audiência preliminar	213
4. Composição civil dos danos	215
5. Representação	218
6. Transação penal	219
6.1. Princípio da obrigatoriedade da ação penal	219
6.2. Conceito	220
6.3. Requisitos para a concessão.....	221
6.4. Ação penal privada e transação.....	223
6.5. Proposta de transação penal.....	224
6.6. Aceitação da proposta	226
6.7. Homologação	226
6.7.1. Recusa de homologação	227
6.7.2. Recurso contra a homologação.....	228
6.7.3. Efeitos da sentença homologatória	228
6.8. Transação nos crimes ambientais	228
6.9. Espécies de penas aplicáveis em sede de transação.....	228
6.10. Descumprimento injustificado da transação	229
6.11. Arquivamento	232
7. Enunciados do FONAJE	233
Capítulo V ► PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	237
1. Oferecimento da ação penal	237
1.1. Forma	237
1.2. Rol de Testemunhas.....	238
1.3. Complexidade da causa	238
2. Audiência de instrução e julgamento	239
2.1. Conciliação e proposta do representante do Ministério Público	239

2.2. Resposta à acusação.....	240
2.3. Recebimento ou rejeição da denúncia.....	240
2.4. Limitação das provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	242
2.5. Provas.....	242
2.5.1. Testemunhas.....	245
2.5.2. Interrogatório.....	246
2.6. Encerramento da instrução.....	246
3. Recursos e meios de impugnação.....	247
3.1. Juízo de admissibilidade recursal.....	247
3.2. Turma Recursal.....	248
3.3. Efeitos.....	248
3.4. Apelação.....	248
3.4.1. Cabimento.....	249
3.4.2. Prazo e procedimento.....	250
3.5. Embargos de declaração.....	252
3.5.1. Cabimento.....	252
3.5.2. Procedimento.....	252
3.5.3. Interrupção do prazo para recursos.....	253
3.5.4. Erros materiais.....	254
3.6. Recursos especial e extraordinário.....	254
3.7. Habeas corpus.....	255
3.8. Revisão Criminal.....	256
4. Enunciados do FONAJE.....	256
Capítulo VI ► EXECUÇÃO.....	259
1. Execução da pena de multa.....	259
1.1. Consequências do não pagamento.....	259
1.2. Órgão competente para execução.....	259
1.3. Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	260
2. Execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos.....	260
3. Enunciados do FONAJE.....	260
Capítulo VII ► DESPESAS PROCESSUAIS.....	263
1. Despesas.....	263
2. Redução das despesas processuais.....	263
3. Honorários advocatícios.....	263
Capítulo VIII ► DISPOSIÇÕES FINAIS.....	265
1. Representação nos crimes de lesão corporal leve e culposa.....	265

1.1. Representação na contravenção penal de vias de fato	267
1.2. Crime de trânsito	267
2. Suspensão condicional do processo	268
2.1. Definição e natureza jurídica	268
2.2. Requisitos para a concessão da suspensão condicional do processo	272
2.3. Penas estabelecidas para a fixação da competência do Juizado Especial x penas para a formulação de proposta de suspensão condicional do processo	275
2.4. Possibilidade de formulação de proposta de suspensão condicional do processo para quem já teve a pena extinta há mais de 5 (cinco) anos	276
2.5. Possibilidade de formulação de proposta de suspensão condicional do processo quando a infração comine pena de multa de forma alternativa à pena privativa de liberdade, ainda que esta tenha limite mínimo superior a 1 (um) ano	277
2.6. Princípio da presunção de não culpabilidade	278
2.7. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva	278
2.8. Ação penal privada e suspensão do processo	278
2.9. Aceitação da proposta	280
2.10. Condições para a concessão do benefício	281
2.11. Revogação da suspensão condicional do processo	284
2.11.1. Revogação obrigatória	285
2.11.2. Revogação facultativa	285
2.11.3. Possibilidade de revogação do benefício mesmo quando expirado o período de prova	286
2.12. Extinção da punibilidade e registros criminais	287
2.13. Prescrição e suspensão condicional do processo	287
2.14. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais	288
3. Direito intertemporal e princípios penais	289
4. JECRIM e infrações militares	289
5. Aplicação da representação aos processos pendentes	290
6. Aplicação subsidiária do CPP e CPC	291
7. Enunciados do FONAJE	291
Capítulo IX ► DISPOSIÇÕES FINAIS COMUNS	293
1. Sistema dos Juizados Especiais	293
2. Deslocamento dos Juizados para bairros ou cidades pertencentes à mesma Comarca	293
3. Juizados Itinerantes	293
4. Criação e instalação dos Juizados Especiais	293
5. Vigência da Lei 9.099/95	294
6. Revogação legislativa	294
7. Enunciados do FONAJE	294

Parte III

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	297
1. Instituição dos Juizados Especiais Federais	297
2. Aplicação subsidiária da Lei 9.099/95, do CPC e do CPP	297
3. Enunciados FONAJEF	298
 Capítulo II ► COMPETÊNCIA.....	 299
1. Juizado Especial Criminal.....	299
1.1. Infrações penais de menor potencial ofensivo	299
1.2. Conexão e continência	300
2. Juizado Especial Cível.....	300
2.1. Competência absoluta	300
2.2. Competência em razão do valor da causa.....	301
2.3. Competência em razão da matéria	303
2.4. Causas excluídas da competência do Juizado Especial Federal	303
2.5. Conflito de competência	305
2.6. Competência territorial e modificação de competência	306
2.7. Conexão, prevenção e continência	308
2.8. Renúncia tácita	309
2.9. Complexidade da causa	310
2.10. Competência recursal.....	310
2.11. Competência para a execução das sentenças nele proferidas	310
3. Enunciados do FONAJEF	311
 Capítulo III ► PARTES	 313
1. Legitimidade ativa.....	313
2. Legitimidade passiva	314
3. Representação processual.....	315
4. Capacidade postulatória.....	315
5. Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	316
6. Intervenção do Ministério Público Federal	317
7. Enunciados do FONAJEF	317
 Capítulo IV ► TUTELAS DE URGÊNCIA	 319
1. Tutelas cautelares e antecipatórias.....	319
2. Recorribilidade.....	319
3. Enunciados FONAJEF	320

Capítulo V ► ATOS PROCESSUAIS.....	323
1. Citações e intimações da União	323
2. Citações e intimações das autarquias e empresas públicas federais	324
3. Prazo de antecedência para a designação de audiência de conciliação	324
4. Intimação da sentença.....	325
5. Intimação dos demais atos processuais	325
6. Prerrogativas da Fazenda Pública, Defensoria Pública e do Ministério Público Federal	325
7. Enunciados do FONAJEF	326
 Capítulo VI ► PROCEDIMENTO	 329
1. Noções preliminares	329
2. Petição inicial	329
3. Resposta do réu.....	329
4. Audiência de conciliação e instrução	330
5. Produção de prova técnica.....	330
6. Sentença e reexame necessário.....	331
7. Recursos	332
7.1. Recurso inominado.....	332
7.2. Agravo de instrumento.....	333
7.3. Embargos de declaração.....	333
7.4. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal.....	333
7.4.1. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais da mesma região.....	334
7.4.2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes regiões ou proferidas em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.....	334
7.4.3. Turma de Uniformização acolhe posicionamento, em tema de direito material, que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.....	334
7.4.4. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Coordenador da Turma de Uniformização	335
7.4.5. Julgamento do pedido de Uniformização	335
7.5. Recurso extraordinário	335
8. Ação rescisória	335
9. Enunciados do FONAJEF	336
 Capítulo VII ► EXECUÇÃO	 345
1. Cumprimento de sentença.....	345
1.1. Cumprimento de sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.....	346

1.2. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa	346
1.3. Crédito superior ao valor de 60 (sessenta) salários mínimos.....	347
2. Execução de título extrajudicial.....	348
3. Enunciados do FONAJEF	349
Capítulo VIII ► DISPOSIÇÕES GERAIS	351
1. Conciliadores.....	351
2. Juizados Especiais Adjuntos.....	351
3. Instalação dos Juizados Especiais Federais.....	352
4. Juizados Especiais Federais previdenciários.....	352
5. Modificação de competência.....	352
6. Justiça Estadual e os crimes de menor potencial ofensivo de competência dos Juizados Especiais Federais	353
7. Turmas Recursais	353
8. Coordenação dos Juizados Especiais Federais	355
9. Juizado Especial Federal Itinerante	355
10. Limitação da competência.....	355
11. Informatização dos Juizados Especiais Federais.....	355
12. Demandas em curso	356
13. Vacatio legis da Lei 10.259/01	356
14. Enunciados FONAJEF	356

Parte IV

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

Capítulo I ► NOÇÕES GERAIS	359
1. Origem da Lei 12.153/09	359
2. Motivação da Lei 12.153/09	360
3. Sistema dos Juizados Especiais	361
4. Enunciados FONAJEP	361
Capítulo II ► COMPETÊNCIA.....	363
1. Competência em razão do valor da causa	363
1.1. Limitação do valor da causa	365
1.2. Obrigações vincendas.....	366
1.3. Renúncia às parcelas vincendas	366
2. Competência absoluta	367
3. Competência territorial.....	368
4. Causas excluídas	370
5. Enunciados do FONAJEP.....	374

Capítulo III ► PARTES	375
1. Legitimidade ativa.....	375
2. Litisconsórcio ativo.....	377
3. Legitimidade passiva	377
4. Intervenção de terceiros	378
5. Enunciados do FONAJEFP.....	378
 Capítulo IV ►	
TUTELAS DE URGÊNCIA	381
 Capítulo V ► ATOS PROCESSUAIS.....	385
1. Citações e intimações das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.....	385
2. Prerrogativas da Fazenda Pública	385
3. Citação para a audiência de conciliação	387
4. Acordos realizados pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.....	387
5. Momento processual oportuno para a apresentação da documentação por parte da entidade pública ré.....	388
6. Enunciados do FONAJEFP.....	389
 Capítulo VI ► PROCEDIMENTO	391
1. Noções gerais.....	391
2. Audiência de conciliação	391
3. Realização de prova pericial	392
4. Reexame necessário	394
5. Recursos.....	395
5.1. Turmas recursais	395
5.2. Recurso inominado.....	396
5.3. Agravo de instrumento.....	396
5.4. Embargos de declaração.....	397
5.5. Uniformização de jurisprudência	397
5.5.1. Cabimento e finalidade	397
5.5.2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais do mesmo Estado	397
5.5.3. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes Estados ou proferidas em contrariedade a súmula do Superior Tribunal de Justiça	398
5.6. Reclamação.....	399
5.6.1. Cabimento.....	399
5.6.2. Formulação de pedidos idênticos de uniformização de interpretação de lei recebidos subsequentemente	400

5.6.3. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma de Uniformização	400
5.6.4. <i>Amicus curiae</i>	400
5.7. Recurso extraordinário	400
6. Enunciados do FONAJEP.....	401
Capítulo VII ► EXECUÇÃO	403
1. Cumprimento de sentença.....	403
1.1. Obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	403
1.2. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa	403
2. Execução de título executivo extrajudicial	405
3. Enunciados do FONAJEP.....	406
Capítulo VIII ► DISPOSIÇÕES GERAIS	407
1. Prazo para instalação	407
2. Limitação de competência	407
3. Causas em andamento	407
4. Integração	408
5. <i>Vacatio legis</i> da Lei 12.153/09	408
6. Enunciados do FONAJEP.....	408
REFERÊNCIAS	409